



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

17ª Reunião Ordinária

Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

16 de setembro de 2008

**BRASÍLIA-DF
2008**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade
Racial - SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR

**ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA E POSSE DOS
CONSELHEIROS DO CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL – CNPIR**

ITEM 1 - ABERTURA – Aos dezesseis dias do mês de setembro de dois mil e oito, no Auditório do Bloco A, Térreo, Esplanada dos Ministérios, Brasília, Distrito Federal, realizou-se a 17ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial-CNPIR, com a presença dos seguintes Conselheiros representantes de entidades da Sociedade Civil: **Maria Aparecida de Matos**, suplente, Rede Amazônia Negra - RAN; **Marta Cezaria de Oliveira**, suplente, Fórum Nacional De Mulheres Negras - FNMN; **José Cristiano Lima Pereira**, suplente, Central de Movimentos populares - CMP; **Cleide Hilda de Lima Souza**, titular, Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN; **Pedro Paulo da Cunha Carvalho**, titular, Rede Amazônia Negra - RAN; **Maria Helena Azumezuhero**, titular, Conselho Nacional de Mulheres Indígenas - CONAMI; **Susie da Silva Vito**, suplente, suplente, Conselho Nacional de Mulheres - CONAMI; **Neusa Maria da Rocha Carvalho**, suplente, Federação Nacional das Associações de Doença Falciforme-FENAFAL; **Altair dos Santos Lira**, titular, Federação Nacional das Associações de Doença Falciforme - FENAFAL; **Egbomy Conceição Reis Ogum**, suplente, Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira-INTECAB; **Ana José Alves Lopes**, titular, Fórum Nacional de Mulheres Negras - FNMN; **João Carlos Borges Martins**, suplente, Associação Nacional dos Coletivos de Empresários Negros e Empreendedores Afro-Brasileiros - ANCEABRA; **João Bosco Borba**, titular, Associação Nacional dos Coletivos de Empresários Negros e Empreendedores Afros-Brasileiros - ANCEABRA; **Ivete Alves do Sacramento**, Notório Reconhecimento nas Relações Raciais; **Vera Lucia Fermiano**, titular, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB;

Benedito Gonçalves Eugênio, suplente, Agentes de Pastoral Negros - APN's; **Jacinta Maria Santos**, titular, Agentes de Pastoral Negros - APN's; **Ari Antonio dos Reis**, titular, Pastoral Afro - CNBB; **Marcos Benedito da Silva**, titular, Central Única dos Trabalhadores - CUT; **Cláudio Aparecido da Silva**, titular, Associação de Promoção Humana - Serumano; **Rangel Luiz de Santana Alcântara**, suplente, Associação de Promoção Humana - Serumano; **Miriam Stanescon Batuli de Siqueira**, titular, Fundação santa Sara Kali - FSK; **Valkíria de Souza Silva**, **Kika Silva**, suplente, Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN; **Mônica Cristina da Silva Custódio**, suplente, União de Negros pela Igualdade - UNEGRO; **Edson Luis de França**, titular, União de Negros pela Igualdade - UNEGRO; **Elayyan Taher Aladdin**, titular, Federação Árabe Palestina do Brasil - FEPAL. Também participaram da reunião os seguintes representantes governamentais: **Aderval Costa Filho**, titular, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; **Maila Romano Villa Verde**, suplente, Ministério da Integração Nacional - MI; **Melissa Volpato Curi**, suplente, Fundação Nacional do Índio - FUNAI; **Regina Adami**, suplente, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República- SPM-PR; **Valdecir Barella**, titular, Ministério da Justiça - MJ; **Rui Leandro dos Santos**, suplente, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; **Raquel Benedeti**, titular, Casa Civil da Presidência da República; **Luzia de Maria Vasconcelos Leal**, suplente, Ministério do Esporte; **Leonor Franco de Araújo**, titular, Ministério da educação, MEC; **Ethel Prence Braga**, titular, Ministério das Cidades; **Débora Cristina Moreira Angelim**, suplente, Ministério do Meio Ambiente - MMA; **Jacinta de Fátima Senna Silva**, suplente, Ministério da Saúde - MS; **Marcel Cláudio Sant'Ana**, suplente, Ministério das Cidades; **Helena de Carvalho Fortes**, titular, Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT; **Danielle Cancela Cronemberger**, suplente, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão- MPOG; **Manoel Messias de Souza Ribeiro**, suplente, Secretaria-Geral da Presidência da República; **Quenes Silva Gonzaga**, titular, Secretaria-Geral da presidência da República; **Jozilene Maria de Góis**, titular, Ministério das Comunicações; **Clarice Maria Ferreira**, suplente, Ministério das Comunicações; **Geraldo Vitor da Silva Filho**, suplente, Ministério da Cultura- MinC; **Eliane Borges da Silva**, titular, Fundação Cultural Palmares; **Sidnei**

Sousa Costa, suplente, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR; **Ivair Augusto Alves dos Santos**, titular, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República- SEDH/PR. Participaram ainda, os representantes da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial: Excelentíssimo Senhor **Edson Santos de Souza**, Ministro de Estado Chefe da SEPPIR; Secretário-Adjunto **Elói Ferreira de Araújo**; Chefe de Gabinete **Sandra Cabral**; Sub-Secretário de Planejamento e Formulação de Políticas **Martvs das Chagas**; Sub- Secretário de Ações Afirmativas **Giovanny Harvey**; Sub-Secretário de Políticas para Comunidades Tradicionais **Alexandro da Anunciação Reis**; Assessor Parlamentar **Ernesto Luiz Pereira Filho**; Ouvidor Carlos Moura; Assessora de Comunicação **Manuela Pinho**; Assessora Internacional **Magali Naves**; Gerente de Projetos/SubCom **Ivonete Carvalho**; Coordenadora do FIPIR **Maria do Carmo Ferreira da Silva**; Assistente técnico do CNPIR **Neimar Cardoso**; Secretária-Executiva do CNPIR - **Oraida Abreu**, Secretária. O secretário adjunto **Elói Ferreira de Araújo**, procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando a todos os presentes e solicitou que fosse feita uma rodada de apresentação com a finalidade de oportunizar o conhecimento dos novos conselheiros empossados no dia anterior a esta reunião. A pauta estabelecida para a reunião foi a seguinte: **1 – Abertura da Reunião; 2 – Desafios e Perspectivas para o CNPIR – 2008/2010; 3 – Apresentação da SEPIR; 4 – Dinâmica e funcionamento das reuniões ordinárias; 5 – 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – 2ª CONAPIR; 6 – Regimento da 2ª CONAPIR; 7 – Encerramento; 8 – Coffee Break.** A seguir, o Secretário Adjunto, do CNPIR convidou o assessor parlamentar, Ernesto Luiz Pereira Filho, para apresentação de informes de sua assessoria. **Item 2 – Informes Gerais – Informe da Assessoria Parlamentar**, o assessor parlamentar, Ernesto Luiz Pereira filho discorreu sobre os seguintes informes: o senhor Ministro Edson Santos e a direção da SEPIR têm acompanhado os 42 Projetos existentes na área de Promoção de Igualdade Racial no Congresso Nacional com foco voltado para a anistia do senhor João Cândido, a qual foi sancionada pelo Presidente da República. O Estatuto da Igualdade Racial está em via de votação prevista para o mês novembro. O Projeto Lei de Cotas encontra-se na Bancada do PSDB. Sobre o Orçamento corroborou que, o mesmo precisa ser

pautado nesse Conselho, uma vez que, o próprio já está sendo trabalhado no Congresso Nacional. **Informe do Secretário Adjunto do CNPIR.** O senhor **Elói Ferreira de Araújo**, informou que a Ouvidoria do SEPIR estava sob a responsabilidade do senhor Carlos Moura. **Informes da Coordenação do FIPIR.** A coordenadora do FIPIR, **Maria do Carmo Ferreira da Silva**, destacou que o FIPIR é um Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial responsável pelo diálogo com os estados, com os municípios e com a sociedade civil, deste modo, ele é um instrumento dentro da SEPIR que permite fazer a articulação através do diálogo, bem como, fomentar os estados e municípios a fim de que seja executada a Política de Promoção da Igualdade Racial por meio da criação de organismos vinculados diretamente ou indiretamente nos respectivos gabinetes. Ainda sobre o assunto, informou sobre o planejamento previsto para 2008 - 2010 onde está se buscando a inter-relação com o Conselho considerando que os conselheiros e conselheiras estão mais próximos da realidade do que os gestores a nível federal, para tanto se faz necessário que toda e qualquer política do FIPIR nos estados e municípios seja feita com interface com o Conselho. Na primeira quinzena de dezembro ocorrerá o 2º diálogo com os estados e as regionais. **Informes da Assessoria Internacional.** A responsável pela Assessoria Internacional da CNPIR, **Magali Naves**, resumiu a agenda de sua assessoria em 4 itens, a saber: **Um:** manter e ampliar as relações de intercâmbio de cooperação com os países africanos de preferência com os países da Costa Atlântica. **Dois:** manter as lideranças nas Américas. **Três:** ampliar e fortalecer seus organismos internacionais em cumprimento aos acordos e compromissos assinados pelo estado brasileiro visando à inclusão do tema nos Fóruns Internacionais. **Quatro:** afinar as relações com os demais Ministérios, no sentido de incluir o tema em todas ações específicas dos Ministérios, bem como, nas ações internacionais. **ITEM 3 – Desafios e Perspectivas para o CNPIR -2008- 2010.** O Ministro **Edson Santos**, Presidente do CNPIR, fez um breve relato sobre a instalação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, destacando os objetivos e prioridades do mesmo. Na continuidade, socializou a agenda do Conselho, enfatizando que o maior desafio do mesmo é consolidar e institucionalizar a agenda racial no Brasil, já que, as políticas universais são elementos essenciais para se ter um país mais justo, contudo, é preciso tratar

de forma diferenciada os diferentes segmentos da sociedade brasileira, para tanto o estado tem que cumprir com a função de ser um instrumento de redução da desigualdade racial. A consolidação da agenda do Conselho não é apenas de responsabilidade do governo e sim da parceria do governo e sociedade civil, desta forma, o Conselho tem como objetivo maior ser um instrumento de mediação, de análise e de construção de políticas públicas. Corroborou ainda, sobre o Plano Nacional de Igualdade Racial e que se encontra em fase final de sistematização. Colocou também, sobre a II Conferência Nacional que está prevista para o mês de maio do corrente ano. Sobre o Estatuto da Igualdade Racial, informou sobre a possibilidade do mesmo ser aprovado ainda nesse ano. Com relação ao Projeto de Cotas, informou que o mesmo está tramitando na Câmara. Na continuidade, fez uma abordagem às comunidades indígenas do Brasil colocando que SEPIR tem como uma de suas responsabilidades produzir políticas às comunidades indígenas e de acordo com entendimento com o Presidente da FUNAI ficou acordado que a SEPIR teria a sua atenção voltada para os indígenas que vivem em ambientes urbanos e a FUNAI para os indígenas residentes nas aldeias. As comunidades ciganas também são de responsabilidade desse Conselho, portanto, há necessidade das mesmas serem contempladas com a produção de políticas voltadas para esse segmento. Finalizando, colocou da importância e da necessidade de dar regularidade nas reuniões do CNPIR objetivando o fortalecimento do Conselho. Passada a palavra aos presentes, a conselheira **Vera Ferminiano** (AMNB) indagou ao senhor Ministro da possibilidade da SEPIR vir a ser um Ministério. O conselheiro **Marcos Benedito** (CUT) solicitou a palavra para parabenizar o Ministro Edson Santos pelas iniciativas tomadas com relação ao fortalecimento da SEPIR e pela criação do CNPIR. Em seguida, indagou a respeito do Estatuto da Igualdade Racial e se o mesmo traria mudanças em relação à proposta inicial apresentado pelo Deputado Federal Paulo Paim. Na sequência, o conselheiro **João Bosco** (ANCEABRA) solicitou a palavra e fez referências aos seguintes aspectos: a questão urbana no Brasil, comunidades ciganas, árabes, palestinos, comunidade judaica que participaram da última CONAPIR, temas que serão pautados nas reuniões do CNPIR, relação Brasil e África, troca de tecnologia com a África, projeto de monitoramento de Políticas Públicas para

ser socializado em Moçambique, relações das políticas racial com as políticas sociais no campo da habitação, principalmente no campo da saúde e do desenvolvimento na relação do trabalho no Brasil. O senhor Ministro Edson Santos respondeu as indagações dos conselheiros esclarecendo o seguinte: a SEPIR é uma Secretaria Especial e transversal, assim sendo, o entendimento que se tem na administração pública é que o conceito de Ministério encerra um organismo governamental que tenha um objeto definido de recurso para a implementação de uma política, o que não é o caso da SEPIR, portanto a SEPIR deve continuar tendo a estrutura de Secretaria, pois, não se pode perder o caráter da transversalidade. Com relação ao questionamento do conselheiro **Marco Benedito** da CUT informou que haverá mudanças sim, inclusive, no dia da votação do Estatuto, pois como é do conhecimento de todos Câmara e Senado que são ambientes onde todo dia nascem idéias, portanto, o que há de se cuidar para que o Estatuto não seja descaracterizado e terá que se fazer concessões para preservar a essência de uma lei votada para a Promoção da Igualdade Racial. Sobre o questionamento do conselheiro João Bosco respondeu que a questão tecnológica está pautada na troca de tecnologia mais do Brasil do que para a África. Na continuidade das contribuições, a conselheira **Cleide Hilda** (CONEN) parabenizou a SEPIR pela conquista da anistia do João Cândido, acrescentando ainda, que esse fato era uma grande resposta que o atual governo estava dando em relação ao Movimento Social. A seguir, colocou para a aprovação desse Conselho a proposta sobre uma Jornada Nacional pela Promoção da Igualdade Racial e pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial que tem como objetivo mobilizar a sociedade civil e órgãos fundamentais deste governo para a aprovação desse estatuto. A conselheira **Kika Silva** (CONEN) fez a seguinte indagação ao Ministro Edson Santos: qual o papel que este Conselho terá na construção II Conferência da Promoção da Igualdade Racial? O conselheiro **Cláudio Aparecido da Silva** (SERUMANO) expôs as demandas da Juventude Negra, visto que, em momentos anteriores não houve espaço para esse segmento, entretanto, percebe que nessa gestão existe a possibilidade de abrir novos horizontes para a Juventude Negra devido à qualidade de democratização, que ora está sendo implantada. Colocou ainda, a respeito de suas preocupações com relação ao PRONASC - Programa Nacional de

Segurança Pública com Cidadania. O referido programa deveria ter como missão atender a Juventude Negra, fato que não ocorre, pois a mesma está sendo executada pela polícia do Brasil, pois quando o Ministério da Justiça envia recursos para o governo do estado esses recursos não são investidos em qualificação ou valorização da Juventude Negra. E sim são investidos em benefícios e salários para os policiais militares e civis e estes por sua vez não estão valorizando a questão humana. Na continuidade, parabenizou o MEC e o SEPIR pelo Plano de Implementação da Lei 1.0639, uma vez que, os jovens negros têm conhecimentos de como a referida Lei os atinge frontalmente e além do mais, é necessário trabalhar a auto-estima da Juventude Negra. Pontuou ainda, sobre a necessidade de se fazer parceria com o MEC, ANCEABRA, SEPIR para que juntos unam forças para implantação da profissionalização da Juventude Negra. Na continuidade, a conselheira **Maria Aparecida de Matos** (RAN) fez uso da palavra para colocar a respeito da criação da Lei 10.179, a criação dessa lei teve como objetivo implementar políticas para o Movimento Negro, porém, observa que não foi possível estabelecer e implementar essa política em todos os estados, principalmente os estados que compõe a Amazônia legal. Sugeriu ainda, que a SEPIR se responsabilizasse pela questão dos quilombos, pois no estado de Tocantins as escolas rurais que estão estabelecidas nos quilombos só atende alunos de 1ª a 4ª do Ensino Fundamental e esse fato tem trazido muitos transtornos, pois ao concluir a 4ª série, o aluno volta a se matricular na mesma série por não ter meios de transporte para ir para a cidade e assim dar prosseguimento a sua escolarização. Retomando a palavra, o Ministro **Edson Santos**, respondeu aos questionamentos dos Conselheiros colocando que a proposta da Jornada pela Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial era bem-vinda e merecia aplausos pela importante contribuição que ela daria ao Movimento Social. Sobre o papel do Conselho na construção da II Conferência a questão é de mobilização das lideranças representadas no Conselho. Em relação aos problemas enfrentados pela Juventude Negra com a PRONASC colocou de forma contundente, que o problema da juventude não é uma questão da segurança e sim de oportunidade, pois o jovem negro por falta de perspectiva vive uma situação de vítima da violência em grandes ambientes urbanos. A questão da Lei 10.679, o MEC, vai lançar um Plano Nacional para a implementação dessa Lei. Sobre a

referência da conselheira Maria Aparecida, em torno das observações no que diz respeito às escolas das comunidades remanescentes da 1ª a 4ª séries é uma questão de dialogar e verificar de que forma esse problema pode ser inserido dentro da agenda social e assim ajudar nesse processo, seja no transporte das crianças, dos adolescentes ou na implantação de escolas mais próximas. O conselheiro Paulo Axé (RAN) colocou para o senhor Ministro que as organizações ligadas a Rede Amazônia Negra reivindicam uma presença maior e efetiva da SEPIR com uma ação mais focada na realidade da Amazônia, verificando assim, a sua diversidade trabalhando e empoderando as organizações locais para tratar de discussões que não estão somente em uma redoma étnica racial, mas que se faz presente também no processo de discussão da biodiversidade, do tráfico ecológico e, porque não dizer do tráfico fronteiriço. Em seguida, a conselheira **Maria Cezaria de Oliveira** (FNMN) solicitou a palavra para colocar sobre o foco da mulher em especial a mulher negra e da violência que perpassa o país e os lares brasileiros, assim sendo, a SEPIR com a transversalidade de ações que possui deve estar atenta a esses detalhes, tanto nas cidades grandes como nas cidades pequenas. Solicitou ainda, que fosse dada uma atenção especial à política das ONGs, pois as mesmas precisam ser fiscalizadas, capacitadas para que as comunidades negras possam ocupar também o seu papel dentro da sociedade civil. A conselheira **Miriam Stanescon** (Fundação Santa Clara Kali), fez um breve relato histórico das comunidades ciganas, bem como, as injustiças presenciadas contra o seu povo. A senhora **Leonor Franco de Araújo** (MEC) dirigiu-se ao conselheiro **Cláudio** (SERUMANO) e o informou que há 11 meses está se trabalhando no Plano Nacional de Implementação da Lei 10.679 e que o governo brasileiro reconhece a falta política que houve com relação à implementação da lei. Corroborou também, sobre a ação conjunta com diversos Ministérios no sentido de realizar a implementação da lei. A seguir solicitou a cooperação de todos no sentido de reforçar o papel dos entes federados, pois o governo federal sozinho não vai fazer a implementação da lei 10.679. O Plano sinaliza que é necessário o envolvimento permanente da Rede Pública de Ensino Brasileiro, nesse sentido, estão sendo mobilizadas as Secretarias Estaduais de Educação, os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, os Conselhos de Escolas, as Escolas, a Direção das de escolas, os

Gestores de todos os níveis de educação e principalmente da pressão dos Movimentos Sociais. Foram reativados os Fóruns Estaduais de Educação e todas as demandas que atualmente vem para o MEC no sentido da relação da educação étnico-racial. Em continuidade, a conselheira **Quenes Silva Gonzaga** (SGPR) fez o seguinte questionamento relacionado à área do governo, a saber: Para a II Conferência, quais as ações que balizarão os conselheiros deste Conselho em relação à política dos demais Ministérios, visto que, os mesmos já se encontram com suas ações em andamentos. Na sequência, a conselheira **Egbomi Conceição** (INTECAB), colocou sobre a dificuldade existente no Rio de Janeiro com relação às comunidades negras que não estão podendo professar seus cultos religiosos. Em seguida, dirigiu-se a mesa diretora do Conselho para fazer os seguintes questionamentos: qual política a SEPIR pretende implementar a partir desse novo Conselho? Qual o papel do conselheiro e da conselheira neste momento? De que forma as organizações civis e governamentais podem contribuir? Concluindo, colocou enfaticamente que é preciso agir e não ficar somente na intenção, portanto, é hora de dar um basta nas intolerâncias e nos longos percursos que precisam ser feitos para conseguir agilizar as ações que dizem respeito às tradições religiosas. Em resposta aos questionamentos dos conselheiros, o Ministro **Edson Santos**, informou ao senhor Paulo Axé que recentemente tinha visitado a Amazônia objetivando conhecer de perto a questão dos negros da Amazona, bem como, as suas especificidades, portanto se faz necessário que as políticas formatadas para o segmento das comunidades tradicionais e remanescentes de quilombos sejam constantemente cobradas e vigiadas. Em seguida, dirigiu-se a conselheira Miriam, dando as boas-vindas às comunidades ciganas. Informou-a também, que dera feito um grande esforço desse Conselho para construir políticas para este segmento da sociedade. Sobre a colocação da conselheira Leonor, destacou que o problema da descentralização não existe somente área da educação, de saneamento, de titulação de terras, pois essas são as dificuldades nos compassos dos estados e municípios e dificilmente estão sintonizados com as ações da SEPIR. Em seguida, passou-se para a apreciação do **Item 3 – Apresentação da SEPIR** – O subsecretário **Senhor Martvs das Chagas** (SUBPLAN) fez uma apresentação detalhada da Subsecretaria de Planejamento e Formulação de políticas dando ênfase aos

objetivos por ela traçada tanto no PPA como na SEPIR. Esta Subsecretaria tem como objetivo prover os órgãos da União dos meios administrativos, para a implementação de gestão dos seus programas finalísticos. O público alvo desta Subsecretaria é o governo, e este por sua vez têm como público alvo a sociedade. As atribuições da Subsecretaria são: zelar pela contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para que se dêem os regimes da previdência concebidos pelos Órgãos Federais. Corroborou ainda, sobre tecnologia da informação que está sendo criada na SEPIR e das dificuldades encontradas na instalação do programa. O programa que se pretende implantar tem como finalidade, subsidiar a todos os conselheiros no que se refere ao acompanhamento on-line de todas as ações do SEPIR e do CNPIR. Informou ainda, que esta Subsecretaria trabalha concomitantemente com a Secretaria de Ordenação da Despesa, ou seja, todo custo, sai da SEPIR e da Unidade Orçamentária ela passa pela SUBPLAN, desta forma, toda ordenação de despesa e pagamentos diversos são de responsabilidade desta Subsecretaria. Na próxima reunião do Conselho, deverá ser apresentada ao Conselho a proposta orçamentária determinada pela União colocou para o exercício de 2009 da SEPIR. Na continuidade dos trabalhos, O subsecretário, **Giovanny Harvey**, responsável pela Subsecretaria de Políticas de Ações iniciou o seu relato pontuando 5 aspectos que norteiam a agenda desta Subsecretaria, a saber: **Um:** missão institucional na Subsecretaria no contexto do Decreto 5.197 que estabeleceu as competências da SEPIR. **Dois:** os eixos estratégicos que orientam a gestão da SEPIR em particular da Subsecretaria de Ações Afirmativas. **Três:** modelo de gestão que está sendo implementado. **Quatro:** desafios institucionais. **Cinco:** importância da atuação do CNPIR neste contexto. Com relação ao aspecto um, esclareceu que no Decreto 5197 poderá ser encontrada a atribuição desta Subsecretaria, uma vez que, a mesma está inserida no artigo 5º. Com relação ao segundo aspecto expôs sobre a gestão da SEPIR, bem como, o saldo do debate ocorrido na CONAPIR no ano de 2005 que resultaram em Resoluções e na elaboração de um Relatório. Resoluções e Relatório que estabeleceram 5 eixos estratégicos que estão contemplados no PLANAPIR, a saber: justiça, trabalho, saúde, educação e habitação. Os referidos eixos se fazem presentes no Plano Plurianual 2008-2011. Será feita ainda, ao longo do ano de 2008 a adequação da estrutura

organizacional e das diretrizes estratégicas com a finalidade de alinhar o diálogo institucional dentro do governo federal, entes federativos, estados e municípios, sociedade civil organizada dentro dessas 5 diretrizes estratégicas objetivando ter um foco para conduzir a administração dos 5 eixos estratégicos que são as diretrizes para se trabalhar a transversalidade. Corroborou ainda, acerca dos desafios institucionais e gerenciais existentes na Sub A. Os desafios gerenciais e institucionais foram divididos em 3 níveis: desafios gerenciais institucionais de curto prazo, desafios gerenciais institucionais de médio prazo e desafios gerenciais institucionais de longo prazo. Com relação à implantação deste Conselho, colocou que o mesmo é um instrumento de controle social sobre a implementação de políticas e com a posse dos atuais conselheiros houve um ganho, uma vez que, os mesmos seriam elos de ligação entre o Conselho e a sociedade em sua totalidade. Em seguida, passou-se ao relato do subsecretário, **Alexandro Reis**, responsável pela **Subsecretaria de Políticas para Comunidade Tradicionais**. O subsecretário **Alexandro Reis**, colocou que a Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, bem como, a SEPIR tem um papel fundamental no que se refere à coordenação, articulação de políticas para a elaboração e de fornecimento de dados para tomada de decisões, tais como: quilombos, comunidades de terreiro, comunidade cigana e comunidade indígena. Em seguida, fez uma retrospectiva das ações implementadas nas comunidades citadas a partir do Decreto 4.877 e do surgimento da elaboração do Programa Brasil Quilombola que em 2007 foi ampliada e fortalecida a partir da articulação da agenda social que estabelece o orçamento de 2 bilhões de reais até 2011. A meta desta Subsecretaria é de executar $\frac{1}{4}$ do valor citado com ações de acesso a terra, ações de inclusões produtivas de desenvolvimento local, ações de qualidade de vida e infra-estrutura e ações de direito e cidadania. Informou ainda, sobre o diálogo que esta Subsecretaria está tendo com a FUNASA para a execução dos 54 Projetos que deverão ser desenvolvidos ainda nesse ano com as comunidades quilombolas. Corroborou ainda, sobre o Projeto Quilombolas Ler e Escrever que é uma articulação feita pela SEPIR, Petrobrás, Eletronorte e MEC. A meta é alfabetizar cerca de 12 mil quilombolas em 4 estados, a saber: Minas, Goiás, Pará e Maranhão. Essa ação será lançada no início de mês de novembro no Maranhão. Informou também, sobre o convênio com Petrobrás de

11 milhões de reais para a construção do Centro de Referência Quilombolas. Centro que tem o objetivo de articular as ações das comunidades quilombolas com as ações de governo para essas comunidades. Em relação à política para a comunidade cigana, colocou que é uma ação muito nova para o governo como um todo, pois o governo nunca de fato buscou identificar e nem mobilizar orçamento para as políticas das comunidades ciganas. Sobre esse segmento, a SEPIR em 2007 celebrou parceria com Eletrobrás para a construção de um Centro de Referência para a Comunidade Cigana no Município de Sousa, na Paraíba, portanto, foi dado um passo importante, considerando que esse Centro é o 1º na América latina. Sobre as comunidades de terreiro, destacou o Decreto 6.040 que é uma elaboração do MDS e do Ministério do Meio Ambiente que garante algo importante para essas comunidades, tal como, um espaço de reprodução social histórica e econômica que o estado precisa reconhecer e articular políticas. As principais ações para esse segmento são: fortalecer e rearticular a distribuição de cestas básicas fazendo um levantamento para identificar onde estão os terreiros, quem são esses terreiros e quais são as suas necessidades. Em relação às Comunidades Indígenas, informou que a SEPIR tem dado acompanhamento a essas comunidades em parceria com a FUNAI através de um estudo com o objetivo de verificar qual era a ação que a SEPIR poderia entrar e atender com melhor qualidade as comunidades indígenas. Na continuação dos trabalhos, a responsável pela **Comunicação Social da Secretaria de Igualdade Racial, Manuela Pinha**, colocou em linhas gerais toda a ação que norteia o trabalho de comunicação da SEPIR. O trabalho na imprensa é muito intenso, pois objetiva conquistar a visibilidade, na grande mídia, nos veículos formais de comunicação para o trabalho de Promoção de Igualdade Racial. Colocou da resistência encontrada com relação ao tema nos veículos de comunicação devido à ação do governo no que diz respeito à Igualdade Racial. A SEPIR tem feito um esforço diário em conquistar espaços nos meios de comunicação para abordar o tema da promoção da Igualdade, por esse motivo tem se investido muito em um trabalho com a mídia especializada, uma vez que, esse segmento tem uma força muito grande, mas, que vem crescendo a despeito de todas as dificuldades de manter um veículo de comunicação, seja ele impresso ou por meio eletrônico. Colocou ainda, sobre SITE da SEPIR e de todas as

dificuldades encontradas para a utilização do mesmo, pois, só se consegue colocar 4 notícias por dia, mas ainda assim, é um espaço que está aberto para todos e que abriga informações de interesse da luta e do trabalho da SEPIR. O SITE da SEPIR tem atualização diária, porém, o mesmo enfrenta muitos problemas de tecnologia. A comunicação da SEPIR tem como foco trabalhar com um público diretamente atingido pelas políticas desenvolvidas pela SEPIR, deste modo, a comunicação está preparando um pacote de materiais específicos, tais como: folder, cartilha de cada programa desenvolvido pela SEPIR ou apoiado por ela. Os materiais específicos terão o seu lançamento no mês de novembro. A comunicação está implantando para um próximo futuro, o lançamento de uma revista que objetiva ter como veículo permanente de comunicação impresso, que chegue para as pessoas e que traga as informações das ações governamentais ligadas a Promoção da Igualdade Racial, e especialmente dos resultados. Prosseguindo, a responsável pela **Gerência de Projetos da SUBCom**, Ivonete Carvalho, gerente de projetos expôs em linhas gerais os projetos de pesquisas da Matriz Africana e do apoio que a SEPIR está dando para a caminhada que acontecerá no Rio de Janeiro no dia 21 de setembro de 2008. Colocou ainda, sobre a metodologia que está sendo aplicada e discutida em relação ao projeto de Pesquisa de Mapeamento dos Terreiros de Matriz Africana, bem como, a celebração do termo de cooperação técnica com a PUC Rio, SEPIR que envolve o Conselho Griô [?] e 14 casas de religiões de matriz africana do Candomblé, 7 casas do Umbanda. Na sequência, a secretária **Oraida Abreu**, colocou para apreciação e deliberação a dinâmica para as reuniões do CNPIR, sendo que a mesma tem por finalidade dinamizar as reuniões ordinárias do Conselho, para tanto, ficou estabelecido à criação de uma comissão para elaborar uma proposta de funcionamento que dê agilidade nos encaminhamentos dos trabalhos. Acrescentou ainda, que o material foi encaminhado por meio eletrônico para todos os Conselheiros, juntamente com o regimento para que pudessem apreciar com tranquilidade e, assim, apresentar as devidas contribuições. A proposta de reunião definida foi: no primeiro dia de reunião, no período matutino estaria acontecendo a reunião das Comissões Permanentes e Comissões Temporárias. No período da tarde a Reunião Plenária com leitura da pauta, discussão e aprovação da pauta, leitura da ata anterior e aprovação,

os informes gerais, os informes das diversas áreas da SEPIR. Prosseguindo com os trabalhos passou-se para o **Item 4 - 2ª Conferencia Nacional de Promoção da Igualdade Racial – 2ª CONAPIR**. Sobre a matéria, o Conselheiro Giovanny Harvey, colocou que o ponto de pauta para o momento, seria a discussão do texto base que norteará os debates nas Conferências Regionais. O texto base objetiva construir a lógica do debate para a II CONAPIR, porém, o texto base ainda não se encontra elaborado, sendo assim, a Secretaria está atualmente, coordenando uma equipe responsável pela elaboração do referido texto e, assim que for concluído será submetido ao Conselho, para que este possa fazer uma leitura crítica, bem como, receber as devidas contribuições. Somente após o Conselho ser ouvido é que o texto base vai efetivamente ganhar vida em sua existência formal e será distribuído para o país todo com a finalidade de que o mesmo, sirva com base para a II Conferência. Prosseguindo com o seu relato, o subsecretário, fez referência ao Plano de promoção de Igualdade Racial, colocando que ainda não havia sido lançado em razão de inicialmente o mesmo não ter as suas metas estabelecidas, porém, isso não significa a inexistência dele. O Plano, na sua essência, ele é implicitamente uma política pública transversal, pois ele incide nos mais variados órgãos de administração pública. Para que o Plano possa ser aprovado, se faz necessário ter todo um processo de re-pactuação com os diversos Ministérios até o final do mês de outubro, pois isso permitiria lançar um Plano que fosse para além das resoluções do CONAPIR, pois desta forma, o mesmo poderia conter as resoluções sintetizadas em um relatório em cima dos eixos estratégicos, pudesse conter ainda, políticas públicas com um recorte étnico racial que se encontram em curso, deste modo, já existindo um diálogo com os Ministérios. Acrescentou ainda, que o PLANAIR não é necessariamente um plano governamental ou um plano do Governo Federal, devido a existência de um conjunto de ações resultantes do entendimento que se teve nas resoluções que são encaminhadas para a Sociedade Civil, que tem um papel importante na implementação dessa agenda. Existem ainda, uns conjuntos de ações que estão sendo implementadas por empresas privadas. Ainda sobre a matéria, informou que a Conferência é convocada pelo Presidente e pelo Conselho, sendo assim, não há como o Conselho convocar uma Conferência se ele não está devidamente informado em relação às diretrizes que vão

nortear a Conferência. Diante do exposto pelo subsecretário, a Conselheira **Cleide Hilda** (CONEN) colocou que urge se pensar em uma forma de viabilizar o que já está sendo elaborado e construído. Para tanto se faz necessário elaborar uma síntese de tudo que já aconteceu dentro do Plano objetivando facilitar a dinâmica de trabalho do Conselho. A seguir deu a seguinte sugestão de encaminhamento: que seja realizada uma reunião extraordinária após as eleições para tratar do Plano e do Regimento. Ainda sobre a matéria foram feitas várias considerações ficando acordado a existência da realização de uma reunião extraordinária para os **dias 7 e 8 de outubro**. Na sequência dos trabalhos, a senhora Sandra Cabral colocou que devido à escassez do tempo, o Regimento da 2ª CONAPIR seria debatido eletronicamente, sugestão acatada pela mesa e pelos demais conselheiros. Em virtude do tempo, os demais itens da pauta foram retirados, sendo dados os seguintes encaminhamentos: **Reunião extraordinária dias: 7 e 8 de outubro de 2008** com a seguinte proposta de pauta: PLANPIR, Texto base da Conferência, Comissão de coordenação da PLANAPIR; Texto Base da II Conferência: 20/11/08, Jornada Nacional pela Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Na sequência, o secretário adjunto **Elói Ferreira de Araújo** avaliou a reunião "in loco" como positiva e que o desafio desse Conselho era intensificar as ações no que diz respeito à Promoção da Igualdade Racial. Finalizando a reunião, procedeu-se à entrega dos certificados aos conselheiros (as) empossados no dia 15/09/08 para o biênio de 2008 – 2010. Por fim, agradeceu os integrantes do Conselho pela contribuição.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

17ª Reunião Ordinária
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial- CNPIR

Data: 16/09/2008

Local: Auditório , Térreo, Bloco A- Esplanada dos Ministérios– Brasília-DF

Pauta

09:00h - Abertura da Reunião

- Informes

09:30h - Desafios e Perspectivas para o CNPIR- 2008- 2010

- **Ministro Edson Santos**

Ministro de Estado Chefe da SEPPIR-PR e Presidente do CNPIR

10:30h - Apresentação da SEPPIR

Secretaria- Adjunta- Secretário- Adjunto Eloi Ferreira de Araújo

- Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas- **Subsecretário Giovanny Harvey**
- Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais- **Subsecretário- Alexandro Reis**
- Subsecretaria de Planejamento e Formulação de Políticas-**Subsecretário Martvs das Chagas**
- FIPIR- **Maria do Carmo Ferreira da Silva**
- Assessoria Parlamentar- **Ernesto Luiz Pereira Filho**
- Assessoria de Comunicação- **Manuela Pinho**
- Assessoria Internacional- **Magali Naves**
- Ouvidoria- **Carlos Moura**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

12:00h - Almoço

14:00h - Dinâmica e funcionamento das reuniões ordinárias

- Regimento interno
- Planejamento- 2007
- Definição do calendário- 2008

Coordenação: Eloi Ferreira de Araújo

15:00h - 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial- 2ª CONAPIR

- Regimento da 2ª CONAPIR
- Coordenação: Giovanny Harvey**

15:45h - Regimento da 2ª CONAPIR

Coordenação: Sandra Cabral – Chefe de Gabinete- SEPPIR

16:30 h - Encerramento

Ministro Edson Santos

17:00 h - às 18:00h – Cooff Break

**“ não estamos satisfeitos e nem ficaremos satisfeitos até que:
a justiça jorre como uma fonte; e a equidade, como uma poderosa correnteza.”**

MARTIN LUTHER KING